

REUMAM, v. 10, n. 1, p. 356-379, 2025. ISSN Online: 2595-9239.

MUSEUS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA: PERSPECTIVAS CRÍTICAS PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Elana Fiana Souza da Silva¹
Daniel Araújo Sombra Soares²
André Luís Assunção de Farias³

RESUMO: Este trabalho apresenta uma monografia sobre a intersecção entre educação ambiental e musealização na Amazônia, focando no potencial dos museus como espaços de transformação socioambiental. O objetivo central foi discutir as convergências entre essas áreas, analisar como museus podem ser agentes de resistência, e identificar estratégias para uma abordagem crítica e progressista na educação museal. A metodologia adotada consistiu em uma pesquisa bibliográfica qualitativa, com levantamento e análise de autores e documentos relevantes nas áreas de museologia, educação e estudos amazônicos. Foram empregadas ferramentas como a análise SWOT para identificar fatores contextuais, e matrizes de priorização para organizar as estratégias advindas da literatura. Os resultados indicam que a Amazônia exige uma educação integrada que valorize saberes tradicionais e promova a sustentabilidade em suas múltiplas dimensões. Museus, ao adotarem uma perspectiva crítica e progressista, podem se tornar “fóruns” de diálogo e “tribunais simbólicos”, expondo conflitos e promovendo a “re-existência” de povos marginalizados. Conclui-se que a educação museal e ambiental, quando concebidas de forma participativa e democrática, são fundamentais para a preservação do patrimônio e a construção de um futuro amazônico mais justo e sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Museus; Educação Ambiental; Amazônia.

MUSEUMS AND ENVIRONMENTAL EDUCATION IN THE AMAZON: CRITICAL PERSPECTIVES FOR SOCIO-ENVIRONMENTAL TRANSFORMATION

ABSTRACT: This paper presents a monograph on the intersection between environmental education and musealization in the Amazon, focusing on the potential of museums as spaces for socio- environmental transformation. The primary objective was to explore the convergences between these areas, examine how museums can serve as agents of resistance, and identify strategies for a critical approach in museum education. The methodology adopted consisted of qualitative bibliographical research, with a survey and analysis of relevant authors and documents in the fields of museology, education, and Amazonian studies. Tools such as SWOT analysis were used to identify contextual factors, and prioritization matrices were used to organize the strategies derived from the literature. The results indicate that Amazon requires an integrated education that values traditional knowledge and promotes sustainability in its multiple dimensions. By adopting a progressist e democratic perspective, museums can become

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia (PPGEDAM / NUMA / UFPA). Especialista em Educação Ambiental e Sustentabilidade pelo Programa de Formação Interdisciplinar em Meio Ambiente (PROFIMA / NUMA / UFPA)

E-mail: ellana_fiana@hotmail.com

2 Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: dsombra@ufpa.br

3 Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: andre2016.farias@gmail.com

“forums” for dialogue and “symbolic courts”, exposing conflicts and promoting the “re-existence” of marginalized peoples. The conclusion is that museum and environmental education when conceived in a participatory and democratic way, are fundamental for the preservation of heritage and the construction of a fairer and more sustainable Amazonian future.

KEYWORDS: Environmental Education; Museum; Amazon.

MUSEOS Y EDUCACIÓN AMBIENTAL EN LA AMAZONÍA: PERSPECTIVAS CRÍTICAS PARA LA TRANSFORMACIÓN SOCIOAMBIENTAL

RESUMEN: Este trabajo presenta una monografía sobre la intersección entre la educación ambiental y la musealización en la Amazonia, centrándose en el potencial de los museos como espacios de transformación socioambiental. El objetivo central fue discutir las convergencias entre estas áreas, analizar cómo los museos pueden ser agentes de resistencia e identificar estrategias para un enfoque crítico e y progressita en la educación museológica. La metodología adoptada consistió en una investigación bibliográfica cualitativa, relevando y analizando autores y documentos relevantes en las áreas de museología, educación y estudios amazónicos. Se utilizaron herramientas como el análisis DAFO para identificar factores contextuales, y matrices de priorización para organizar las estrategias derivadas de la bibliografía. Los resultados indican que la Amazonia requiere una educación integrada que valore los conocimientos tradicionales y promueva la sostenibilidad en sus múltiples dimensiones. Adoptando una perspectiva crítica, los museos pueden convertirse en «foros» de diálogo y «tribunales simbólicos», exponiendo los conflictos y promoviendo la «re-existencia» de los pueblos marginados. La conclusión es que la educación museística y ambiental, cuando se conciben de forma participativa y democrática son fundamentales para la preservación del patrimonio y la construcción de un futuro amazónico más justo y sostenible.

PALABRAS CLAVES: Educación ambiental; Museo; Amazonia.

INTRODUÇÃO

A Amazônia é um território de complexidades socioambientais, onde a biodiversidade se entrelaça com uma diversidade cultural marcada por povos indígenas, comunidades tradicionais e dinâmicas urbanas em constante transformação. No entanto, esse bioma enfrenta desafios históricos, como o desmatamento, a perda de saberes ancestrais e conflitos territoriais, muitos deles resultantes de uma lógica conservadora que ainda persiste nas políticas de desenvolvimento (Quijano, 2000; Gonçalves, 2001). Nesse contexto, os museus surgem como espaços estratégicos para promover uma educação crítica, capaz de integrar cultura, meio ambiente e justiça social, transcendendo sua função tradicional de ‘guardiães de acervos’ para se tornarem agentes ativos na transformação socioambiental (Chagas; Varine, 2013).

Esta pesquisa se insere no campo da educação ambiental e museal, com o objetivo de analisar como essas duas dimensões podem se articular em museus na Amazônia para fortalecer “a conscientização sobre os desafios da região e valorizar os saberes locais. A relevância do tema está na urgência de se pensar modelos educativos que não apenas informem, mas também mobilizem a sociedade para a construção de alternativas sustentáveis e decoloniais” (Walsh, 2013).

Para profissionais da educação e da museologia, esse debate é fundamental, pois oferece ferramentas teóricas e práticas para atuar em contextos marcados por desigualdades e crises ambientais. Além disso, a pesquisa contribui para o avanço da ciência ao propor uma abordagem interdisciplinar que conecta educação ambiental, cultura e sustentabilidade, áreas tradicionalmente tratadas de forma fragmentada.

O período de realização desta pesquisa coincide com um momento crítico para a Amazônia, em que discussões sobre desenvolvimento sustentável, direitos territoriais e preservação cultural ganham destaque no cenário global. O público-alvo inclui educadores, gestores culturais, pesquisadores e comunidades locais, todos atores-chave na construção de museus mais democráticos e engajados. A área de estudo abrange a região amazônica, com ênfase em iniciativas que priorizam a participação comunitária e a valorização de conhecimentos tradicionais (Lima; Pozzobon, 2005).

Os objetivos deste trabalho são: (i) discutir as convergências entre educação ambiental e museal na Amazônia; (ii) analisar como os museus podem se tornar espaços de resistência e transformação socioambiental; e (iii) identificar estratégias para uma abordagem progressista na educação museal. A justificativa para essa investigação reside na necessidade de repensar os museus, a fim de se tornarem ferramentas aliadas da preservação ambiental, plataformas de diálogo e ação política, capazes de enfrentar as assimetrias de poder que historicamente marginalizaram as vozes amazônicas (Fanon, 1961; Santos, 2018).

A novidade deste estudo está em sua abordagem integrada, que une educação ambiental e museal a partir de uma perspectiva da Educação Ambiental Crítica. Enquanto a educação ambiental tradicional muitas vezes se limita a aspectos técnicos da sustentabilidade, e a educação museal se restringe a exposições estáticas, esta

pesquisa propõe um modelo dinâmico, onde os museus se tornam espaços de aprendizagem ativa, cocriação e denúncia das injustiças socioambientais (Segato, 2018).

Este manuscrito está organizado em três seções principais. A primeira descreve os procedimentos metodológicos e a área de estudo, destacando a abordagem qualitativa e o recorte amazônico. A segunda seção apresenta o referencial teórico-conceitual, com discussões sobre educação ambiental, museal e perspectivas sociológicas vinculadas ao Sul Global. A terceira seção traz os resultados e discussões, analisando as potencialidades e desafios dos museus como instrumentos de transformação. Por fim, as considerações finais reforçam a importância de políticas públicas que apoiem iniciativas museais comprometidas com a justiça socioambiental.

Ao longo deste trabalho, o leitor encontrará uma análise crítica sobre o papel dos museus na Amazônia, com exemplos concretos de como a educação museal e ambiental podem se articular para promover mudanças significativas. Espera-se que esta pesquisa inspire novas práticas educativas, mais inclusivas e alinhadas com as necessidades das populações locais, contribuindo para um futuro onde cultura e sustentabilidade caminhem juntas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ÁREA DE ESTUDO

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, seguindo os princípios da pesquisa participativa (Brandão; Streck, 2006), com o objetivo de compreender as potencialidades da educação ambiental e museal na Amazônia como ferramentas de transformação socioambiental. A escolha por uma metodologia qualitativa justifica-se pela necessidade de analisar processos sociais complexos, que envolvem a relação entre cultura, educação e meio ambiente (Minayo, 2014).

O estudo baseou-se em pesquisa bibliográfica. O processo de levantamento bibliográfico iniciou-se com a exploração de portais de busca de artigos científicos, como SciELO, Google Scholar e bases de dados de periódicos especializados nas áreas de educação, museologia, ciências ambientais e estudos amazônicos. As palavras-chave utilizadas nas buscas incluíram combinações de termos como “educação ambiental Amazônia”, “museus e sustentabilidade”, “educação museal”, “educação ambiental crítica”, “patrimônio cultural Amazônia”, “povos indígenas museus” e “políticas

públicas Amazônia”. Os critérios de inclusão para a seleção dos materiais foram publicações que abordassem diretamente a relação entre museus e o contexto amazônico, com foco em suas dimensões educativas e de sustentabilidade, além de trabalhos que fundamentassem teoricamente as abordagens decoloniais e participativas. Foram excluídas publicações que não apresentassem clareza metodológica ou que não tivessem pertinência direta com o tema proposto.

A partir desse levantamento, foram analisados textos de autores como Paulo Freire (1996), que fundamenta a discussão sobre educação libertadora; Rogério Haesbaert (2004), que aborda a territorialidade e a desterritorialização; e Catherine Walsh (2013), que discute a pedagogias em diálogo com o Sul Global. Esses autores fornecem a base teórica para a compreensão da relação entre educação ambiental, musealização e transformação socioambiental na Amazônia.

Além disso, incorporaram-se análises de experiências museais e conceitos relevantes para a museologia social, como as propostas de Mário Chagas e Hugues de Varine (2013) sobre museologia social, que enfatizam o território como o verdadeiro museu. Os estudos de Ailton Krenak (2019) sobre a floresta amazônica como uma “biblioteca viva” e de Rita Segato (2018) sobre museus como “tribunais simbólicos”, contribuem para a discussão sobre saberes tradicionais, resistência cultural e o papel insurgente dos museus na região.

A pesquisa também se valeu da análise documental (Cellard, 2008), examinando relatórios, planos museológicos e políticas públicas relacionadas à educação ambiental e patrimonial na região amazônica. Essa técnica permitiu reconstruir o contexto histórico e institucional em que se inserem os museus na Amazônia, identificando lacunas e oportunidades para uma atuação mais transformadora. A revisão de documentos relacionados a projetos de museus na Amazônia, planos preliminares e relatórios técnicos foram essenciais para essa compreensão.

A abordagem metodológica qualitativa e participativa, fundamentada na pesquisa bibliográfica e análise documental, permite uma compreensão aprofundada das complexidades da Amazônia e do papel que os museus podem desempenhar como espaços de transformação social e ambiental. Essa combinação de métodos é essencial para um trabalho que visa não apenas compreender, mas também propor diretrizes para transformar realidades, promovendo a inclusão social e o diálogo intercultural.

Área de Estudo: A Amazônia como Território de Pesquisa

A Amazônia foi escolhida como área de estudo devido à sua relevância socioambiental e às contradições que marcam seu desenvolvimento. Conforme destacam Lima e Pozzobon (2005), a região é um espaço de múltiplas interações entre seres humanos e natureza, onde práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais coexistem com pressões de grandes projetos de desenvolvimento (Fenzl *et al.*, 2020). Esses projetos, muitas vezes, resultam em processos de exclusão e marginalização, afetando as formas de vida e as práticas tradicionais das populações amazônicas.

A Amazônia não é um território homogêneo, mas um conjunto de “Amazônias” (Porto- Gonçalves, 2001), marcado por diversidade cultural, conflitos territoriais e desigualdades sociais. Essa complexidade exige uma abordagem que considere as especificidades locais, valorizando os saberes dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e populações urbanas (Hage; Oliveira, 2011). Nesse sentido, os museus na região são desafiados a se tornarem espaços de diálogo intercultural, onde essas vozes possam ser ouvidas e respeitadas (Rússio, 1979).

A pesquisa focou em iniciativas museais que priorizam a participação comunitária e a integração entre educação ambiental e patrimonial. Essas experiências foram analisadas a partir de critérios como:

i) Inclusão de saberes tradicionais: Como os museus incorporam conhecimentos indígenas e locais em suas exposições e programas educativos. Ailton Krenak (2019) e Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015) destacam a floresta como uma “biblioteca viva” e os saberes ancestrais como fundamentais para o futuro da Amazônia.

ii) Sustentabilidade: De que maneira as práticas museais dialogam com as demandas ambientais da região. Enrique Leff (2001) enfatiza a necessidade de uma racionalidade ambiental que reconheça os saberes tradicionais como fundamentos de uma sustentabilidade mais justa.

iii) Acessibilidade: Como os museus garantem acesso físico e epistemológico a grupos historicamente marginalizados. Shirley Djukurnã Krenak (2022) ressalta que os povos indígenas não são apenas “público-alvo”, mas sujeitos políticos com direito a definir sua representação.

A área de estudo, portanto, transcende a delimitação geográfica, abrangendo as complexas relações socioambientais e culturais da Amazônia, com o objetivo de embasar uma museologia que seja relevante e transformadora para a região.

Ferramentas de Análise

Para organizar e interpretar os dados coletados e as informações da pesquisa bibliográfica, foram utilizadas duas ferramentas principais, que permitem uma visão sistêmica e estratégica do diagnóstico e das propostas para museus na Amazônia.

a) Análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças)

A análise SWOT é uma ferramenta amplamente utilizada em planejamento estratégico, permitindo uma visão clara dos pontos fortes e fracos de uma organização, bem como das oportunidades e ameaças externas (Hill; Westbrook, 1997). Essa técnica foi empregada para identificar os fatores internos e externos que influenciam a atuação dos museus na Amazônia.

b) Matrizes de Priorização

As matrizes de priorização (Saaty, 2008) auxiliaram na classificação de temas e estratégias identificadas na pesquisa bibliográfica de acordo com sua relevância e viabilidade para os objetivos do estudo. Essa ferramenta foi importante para organizar e hierarquizar as propostas de atuação museal que surgem da literatura, focando nas convergências entre educação ambiental e museal, no papel dos museus como espaços de resistência e na abordagem crítica.

A partir da análise dos conceitos e experiências apresentados na bibliografia, foram priorizadas ações como: Programas educativos colaborativos com escolas e universidades; Exposições cocriadas com comunidades tradicionais; Capacitação de educadores e mediadores culturais focados em saberes amazônicos; Criação de espaços de memória coletiva e oralidade com tecnologias acessíveis e narrativas colaborativas; A museologia da restituição, discutindo a repatriação de objetos e narrativas; A valorização e tradução das tecnologias amazônicas sociais e ecológicas tradicionais. Essas prioridades foram estabelecidas com base em critérios como o potencial de impacto socioambiental, o alinhamento com os princípios da Educação Ambiental

Crítica e a possibilidade de fortalecer a autonomia das comunidades amazônicas, conforme indicado pelas referências teóricas.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

Esta seção tem como objetivo fornecer um embasamento teórico para o estudo, discutindo temas como território, políticas públicas, sustentabilidade, diversidade socioambiental e o papel dos museus na promoção da educação e da cultura.

Território e Políticas Públicas na Amazônia

A compreensão do conceito de território é fundamental para analisar a dinâmica da Amazônia e o papel dos museus na região. Como propõe Rogério Haesbaert (2004), mesmo diante dos deslocamentos e das imposições externas, os sujeitos amazônicos mantêm vínculos com seus territórios, desmistificando a ideia de desterritorialização. A Amazônia Paraense, onde se localiza Belém, é um território marcado por dinâmicas sociais, culturais e políticas complexas, que refletem tanto a riqueza quanto os desafios da região. Essa perspectiva é crucial para museus na Amazônia, que devem se alinhar às demandas das comunidades e contribuir para a valorização de suas culturas e saberes.

Nesse contexto, as políticas públicas desempenham um papel central. Hage e Oliveira (2011), em seu estudo sobre território, políticas públicas e educação do campo na Amazônia Paraense, destacam o protagonismo dos movimentos sociais na construção de políticas educacionais e culturais que atendam às especificidades locais. Os autores argumentam que a educação na região é um campo de disputa, onde os movimentos sociais atuam como agentes fundamentais na defesa de uma educação que valorize as identidades locais e promova a sustentabilidade. Hage e Oliveira (2011) enfatizam a importância de políticas públicas que reconheçam a diversidade cultural e ambiental da Amazônia. Eles apontam que, muitas vezes, as políticas educacionais e culturais são formuladas de maneira centralizada, sem considerar as particularidades locais. Isso resulta em uma desconexão entre as políticas e as necessidades reais das comunidades. Para museus na Amazônia, essa discussão é fundamental, pois o museu deve ser concebido como um espaço que dialogue com as políticas públicas locais, mas que também seja capaz de propor alternativas inovadoras e contextualizadas.

Além disso, Fenzl *et al.* (2020) analisam a relação entre urbanização, grandes projetos de desenvolvimento e transformações territoriais na Amazônia. Os autores destacam que a expansão de projetos de infraestrutura e exploração de recursos naturais tem gerado impactos significativos sobre as comunidades locais, muitas vezes resultando em processos de exclusão e marginalização. Essas transformações territoriais têm implicações diretas para a cultura e a educação, uma vez que afetam as formas de vida e as práticas tradicionais das populações amazônicas.

Fenzl *et al.* (2020) argumentam que os “grandes projetos” na Amazônia, como hidrelétricas, mineração e agronegócio, têm alterado profundamente a dinâmica territorial da região. Esses projetos são frequentemente implementados sem consulta adequada às comunidades locais, gerando conflitos e tensões sociais. Essa análise é relevante, pois o museu deve se posicionar como um espaço de reflexão crítica sobre os impactos desses projetos e de valorização das culturas locais como formas de resistência e resiliência. A atuação do museu deve, portanto, estar ciente dessas dinâmicas e contribuir para a defesa dos territórios e dos direitos das populações locais, como sugerido por Acselrad (2004) ao discutir a ambientalização das lutas sociais.

Sustentabilidade e Diversidade Socioambiental

A Amazônia é frequentemente associada à sua riqueza natural, mas sua diversidade socioambiental é igualmente notável. Lima e Pozzobon (2005), em seu trabalho sobre a Amazônia socioambiental, destacam a necessidade de integrar a sustentabilidade ecológica com a diversidade social. Os autores argumentam que a sustentabilidade na Amazônia deve ser entendida como um processo que envolve não apenas a proteção dos recursos naturais, mas também a valorização das culturas e dos saberes tradicionais.

Lima e Pozzobon (2005) enfatizam que a Amazônia é um espaço de múltiplas interações entre seres humanos e natureza, onde as práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais têm um papel fundamental na conservação da biodiversidade. No entanto, essas práticas estão cada vez mais ameaçadas pelos processos de modernização e globalização. Para museus da Amazônia, essa abordagem é fundamental, pois o museu deve se posicionar como um espaço de promoção da sustentabilidade em suas múltiplas dimensões, integrando a conservação ambiental com o desenvolvimento social. Para Leff (2001), é preciso adotar uma racionalidade

ambiental que reconheça os saberes tradicionais como fundamentos de uma sustentabilidade mais justa.

A integração entre cultura, educação e meio ambiente é outro aspecto importante discutido na literatura. A educação ambiental, por exemplo, deve ser entendida como um processo que vai além da transmissão de conhecimentos técnicos, envolvendo a valorização das culturas locais e a promoção de práticas sustentáveis. Nesse sentido, o museu pode desempenhar um papel importante ao promover exposições e programas educativos que integrem a dimensão cultural e ambiental, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e engajados com a preservação da Amazônia. A musealização, nesse contexto, serve como um instrumento para dar visibilidade a essas interconexões, reforçando que a sustentabilidade é um conceito holístico que abrange dimensões ecológicas, sociais e culturais.

Educação Diferenciada, Musealização e a Defesa da Memória-Território

A educação diferenciada constitui uma concepção pedagógica que reconhece e valoriza as múltiplas formas de existência, saberes e culturas presentes no território brasileiro. Mais do que uma adaptação curricular, ela se apresenta como uma estratégia política e pedagógica de enfrentamento às desigualdades históricas, assegurando o direito à educação de populações que, por muito tempo, estiveram à margem das políticas públicas, como os povos indígenas, comunidades quilombolas, populações do campo, ribeirinhos e outros grupos tradicionais. Esse modelo parte do princípio de que a escola não pode ser uniforme, pois os sujeitos que dela participam possuem realidades, histórias, modos de vida e necessidades distintas. Assim, a educação diferenciada propõe a construção de práticas pedagógicas que respeitem a identidade cultural dos estudantes, valorizem os saberes comunitários e dialoguem com os contextos locais, sem abrir mão da qualidade e do acesso ao conhecimento sistematizado.

No Brasil, a educação diferenciada está amparada por um conjunto de marcos legais e normativos, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), bem como pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena, do Campo e Quilombola. Essas normativas orientam a formulação de políticas públicas que reconhecem o direito de cada povo a uma educação que respeite sua cultura, língua, território e formas próprias

de organização. Portanto, a educação diferenciada não representa um privilégio, mas sim um princípio de justiça social que busca promover a equidade educacional, assegurando que a diversidade seja vista não como um obstáculo, mas como um valor central para a construção de uma sociedade democrática e plural.

A noção de educação diferenciada está fortemente ligada à luta por uma educação que seja, ao mesmo tempo, universal no direito e específica nas formas de realização. Segundo Paulo Freire (1996), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Essa ideia reforça a importância de considerar os contextos de vida dos educandos, o que é central na perspectiva de uma educação que se pretende democrática e libertadora. Rogério Haesbaert (2004), ao discutir a noção de território e identidade, contribui para compreendermos a importância da territorialidade nos processos educativos diferenciados. Para ele, reconhecer os territórios simbólicos dos sujeitos é também reconhecer as suas formas de viver, saber e resistir. Isso se traduz, na educação, na valorização dos modos de vida e das práticas culturais que marcam a existência de cada povo.

Na mesma linha, Miguel Arroyo (2006) argumenta que uma educação verdadeiramente emancipadora deve partir do reconhecimento das “diversidades negadas”, promovendo espaços educativos que acolham os sujeitos em sua inteireza. Arroyo destaca que os jovens do campo, das periferias urbanas ou de contextos tradicionais precisam ser compreendidos em sua singularidade e não apenas enquadrados em modelos universais que desconsideram suas realidades. Ao reconhecer que cada grupo social detém experiências, narrativas e formas próprias de construir conhecimento, a educação diferenciada aproxima-se naturalmente da educação museal, entendida como o conjunto de processos educativos que ocorrem em museus, centros de memória, ecomuseus e iniciativas comunitárias de salvaguarda cultural. Embora situada no campo da educação não formal, a educação museal assume papel estratégico na defesa do direito à memória e na reafirmação dos territórios simbólicos dos povos (Haesbaert, 2004).

Waldisa Rússio (1979) já advertia que o museu precisa deixar de ser “templo” para tornar-se “fórum”: um espaço de diálogo onde múltiplas vozes, especialmente as historicamente silenciadas, possam narrar suas próprias trajetórias. Quando projetos

museais são cocriados com comunidades indígenas, quilombolas ou camponesas, passam a funcionar como extensões pedagógicas da escola diferenciada, reforçando a autoria coletiva sobre os acervos e valorizando saberes ancestrais. Essa perspectiva converge com a noção de “museologia social” defendida por Mario Chagas e Hugues de Varine, na qual o território é entendido como o verdadeiro museu.

Do ponto de vista metodológico, práticas como exposições participativas, passeios etnogeográficos e oficinas de transmissão oral reafirmam o princípio freireano de que “ninguém educa ninguém; ninguém se educa sozinho; os homens se educam em comunhão” (Freire, 1996). Quando estudantes investigam e expõem sua própria história, mobilizam memórias coletivas que fortalecem vínculos identitários e projetam futuros desejáveis para o território. Ao mesmo tempo, tais ações contribuem para o cumprimento da função social do museu delineada pelo ICOM (2022): pesquisar, colecionar, conservar, interpretar e exibir o patrimônio material e imaterial “de modo inclusivo, acessível e sustentável”.

Portanto, educação diferenciada e educação museal formam um contínuo pedagógico que: Reconhece e legitima saberes plurais, deslocando o foco do currículo hegemônico para experiências locais; Fortalece a cidadania cultural, ao assegurar que comunidades controlem a narrativa sobre seus objetos, memórias e lugares; Promove a equidade territorial, pois o museu deixa de ser um equipamento urbano elitizado e passa a habitar escolas do campo, malocas indígenas, quilombos e rios; Opera como estratégia de resistência, convertendo a preservação da memória em instrumento de luta social e ambiental, fundamental na Amazônia e em outros biomas ameaçados.

Nesse sentido, integrar educação diferenciada e educação museal significa articular escola, território e memória em um projeto político-pedagógico que combate a homogeneização cultural e sustenta a construção de sociedades verdadeiramente plurais. Ao fazer do ato de lembrar um ato de educar, reafirmamos que não há justiça social sem reconhecimento pleno das histórias, dos lugares e dos conhecimentos que constituem a riqueza humana.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Convergências entre Educação Ambiental e Educação Museal na Amazônia

A pesquisa bibliográfica revela profundas convergências entre os campos da educação ambiental e da educação museal, especialmente no contexto amazônico. A Amazônia, reconhecida por sua vasta biodiversidade e complexa diversidade socioambiental (Lima; Pozzobon, 2005), exige uma abordagem que integre os saberes ecológicos, culturais e sociais. A literatura analisada sugere que a educação ambiental na região deve transcender a mera transmissão de conhecimentos técnicos, incorporando a valorização das culturas locais e a promoção de práticas sustentáveis (Lima; Pozzobon, 2005). Nesse sentido, os museus emergem como espaços privilegiados para essa integração, promovendo exposições e programas educativos que articulam a dimensão cultural e ambiental, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e engajados com a preservação da Amazônia.

O conceito de sustentabilidade, na Amazônia, é percebido como um processo que envolve não apenas a proteção dos recursos naturais, mas também a valorização das culturas e dos saberes tradicionais (Lima; Pozzobon, 2005). Enrique Leff (2001) propõe uma racionalidade ambiental que reconheça os saberes tradicionais como fundamentos de uma sustentabilidade mais justa. Essa perspectiva encontra eco na educação museal, que pode atuar como um instrumento para dar visibilidade às interconexões entre a vida humana e o ambiente, reforçando que a sustentabilidade é um conceito holístico que abrange dimensões ecológicas, sociais e culturais. Museus podem, por exemplo, destacar práticas ancestrais de manejo de recursos naturais, como os sistemas agroflorestais, não apenas como curiosidades do passado, mas como alternativas viáveis para o futuro da Amazônia (Kopenawa; Albert, 2015).

A educação diferenciada, um pilar da educação em contextos de diversidade como a Amazônia, aproxima-se naturalmente da educação museal. A educação diferenciada reconhece e valoriza as múltiplas formas de existência, saberes e culturas presentes no território, buscando enfrentar desigualdades históricas (Brasil, 1988; Brasil, 1996). Paulo Freire (1996) defende que "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção", o que ressoa com a ideia de uma educação museal que parte das realidades dos educandos. Rogério Haesbaert (2004) e Miguel Arroyo (2006) reforçam a importância de reconhecer os territórios simbólicos e as "diversidades negadas", promovendo espaços educativos que acolham os sujeitos em sua inteireza.

A educação museal, nesse sentido, oferece um ambiente não formal onde esses princípios podem ser aplicados, valorizando a memória e a cultura como elementos centrais para a compreensão e atuação sobre o meio ambiente. A musealização, ao abrigar e dar voz a narrativas e objetos de culturas diversas, torna-se um campo fértil para a educação ambiental que reconhece a interdependência entre os sistemas ecológicos, culturais e sociais (D’Incao, 2004).

Nesse mesmo sentido, estudos sobre o centro histórico de Belém evidenciam que a degradação patrimonial e ambiental está associada tanto à ausência de políticas públicas eficazes quanto à baixa participação social, indicando a necessidade de ações educativas que promovam consciência, pertencimento e valorização da memória socioespacial da cidade (Miranda; Soares, 2020).

De modo similar, as reflexões sobre a Amazônia destacam que compreender o território e suas dinâmicas socioculturais requer reconhecer os saberes produzidos pelos próprios atores locais, evitando interpretações externas que simplificam ou distorcem a complexidade regional (Soares, 2015).

Museus como Espaços de Resistência e Transformação Socioambiental

A literatura consultada sugere que museus na Amazônia têm o potencial de transcender seu papel tradicional de ‘guardiões do passado’ para se tornarem espaços dinâmicos de resistência e transformação socioambiental. A construção de um museu sob uma perspectiva conservadora, conforme analisado na revisão teórica, exige uma ruptura com a “colonialidade do poder” (Quijano, 2000), que historicamente marginalizou os saberes e as vozes dos povos amazônicos. Catherine Walsh (2013) aponta que a “colonialidade” não é um resquício, mas uma estrutura de poder ativa que molda instituições. Museus tradicionais, muitas vezes, reproduzem essa lógica ao tratar povos da floresta como objetos de estudo, reduzindo culturas dinâmicas a artefatos estáticos (Walsh, 2013). O desafio é, portanto, descolonizar o saber no espaço museal.

Ailton Krenak (2019) argumenta que a floresta amazônica é uma “biblioteca viva”, e seus guardiões são os verdadeiros especialistas de seus saberes. Museus convencionais, ao privilegiar a mediação acadêmica, podem inadvertidamente cometer “epistemicídio”, o apagamento sistemático de saberes não ocidentais (Santos *et al.*,

2018). Um museu alinhado a uma perspectiva crítica, em contrapartida, deve inverter essa lógica, reconhecendo os povos amazônicos como curadores e narradores de suas próprias histórias, indo além de uma “inclusão” folclórica para abraçar o conflito político inerente às lutas por terra, autonomia e justiça ambiental (Krenak, 2019). Essa postura coloca o museu como um agente ativo na defesa dos territórios e dos direitos das populações locais, em consonância com a “ambientalização das lutas sociais” (Acselrad, 2004).

A governança é central para essa transformação. João Pacheco de Oliveira (2017) observa que museus tradicionais frequentemente operam sob uma lógica extrativista, controlando a interpretação e divulgação dos saberes das comunidades. A literatura propõe a criação de conselhos gestores plurinacionais, onde povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais tenham assento permanente e poder decisório real (Baniwa, 2020). A implementação de protocolos permanentes de cocuradoria, seguindo os princípios da consulta livre, prévia e informada (Convenção 169 da OIT), é crucial. Exemplos documentados, como o Museu da Amazônia (MUSA) em Manaus, mostram exposições onde anciãos Yanomami narram histórias em suas próprias línguas, evidenciando o potencial transformador dessa abordagem (Kopenawa; Albert, 2015).

A acessibilidade, sob uma ótica crítica, vai além da dimensão física. Krenak (2022) afirma que os povos indígenas não são “público-alvo”, mas sujeitos políticos com direito a definir sua representação. Isso implica abandonar o português como língua hegemônica de mediação, incorporando narrativas em línguas da região, e criar “rotas de fuga” pedagógicas, desafiando os visitantes a desconstruir visões conservadoras arraigadas (Mignolo, 2018).

As possibilidades para um museu crítico na Amazônia são diversas e encontram respaldo em experiências documentadas. O Ecomuseu da Amazônia, influenciado pelo pensamento de Edna Castro (2016), propõe uma “museologia do cotidiano”, em que práticas culturais vivas são reconhecidas como parte integrante do acervo museal. Um museu com essa perspectiva poderia documentar e valorizar tecnologias ancestrais, desde sistemas agroflorestais até técnicas de pesca sustentável, como alternativas viáveis para o futuro (Kopenawa; Albert, 2015). Mais que um espaço de preservação, um museu crítico deve ser um lugar de insurgência.

Rita Segato (2018) sugere que museus podem funcionar como “tribunais simbólicos”, expondo não apenas a riqueza cultural, mas também as feridas abertas da região, como garimpo ilegal e desmatamento. Ao apresentar mapas de conflitos ambientais e alternativas econômicas comunitárias, o museu pode se tornar uma plataforma de denúncia e proposição. Construir um museu verdadeiramente progressista é, nas palavras de Adolfo Albán Achinte (2013), um ato de “re-existência”. Exige reconhecer que, como afirma Avelino Ganzer (2021), “o museu não é um prédio, é a própria maloca”, uma rede viva de relações entre pessoas, territórios e saberes. Um museu assim não teme o conflito, pois entende que as disputas pela Amazônia são parte constitutiva de sua história e futuro, engajando-se ativamente na construção de um futuro onde a floresta e seus povos floresçam.

Estratégias para uma Abordagem Crítica na Educação Museal

A pesquisa bibliográfica aponta diversas estratégias para implementar uma abordagem crítica na educação museal, promovendo um engajamento com a educação ambiental e a transformação socioambiental. Essas estratégias visam superar a homogeneização cultural e sustentar a construção de sociedades verdadeiramente plurais (Freire, 1996; Arroyo, 2006).

Integração de Saberes Plurais e Cidadania Cultural

A educação diferenciada, conforme abordada na literatura, é fundamental para essa estratégia. Ela legitima saberes plurais, deslocando o foco do currículo hegemônico para experiências locais (Freire, 1996; Arroyo, 2006). A educação museal, nesse sentido, assume um papel estratégico na defesa do direito à memória e na reafirmação dos territórios simbólicos dos povos (Haesbaert, 2004). Waldisa Rússio (1979) já defendia que o museu deve se tornar um “fórum”, um espaço de diálogo onde múltiplas vozes, especialmente as historicamente silenciadas, possam narrar suas próprias trajetórias:

i) **Cocuradoria e Narrativas Colaborativas:** A literatura reforça que projetos museais devem ser cocriados com comunidades indígenas, quilombolas ou camponesas. Essa colaboração transforma o museu em uma extensão pedagógica de uma “escola diferenciada”, reforçando a autoria coletiva sobre os acervos e valorizando

saberes ancestrais (Chagas e Varine, 2013). A mobilização de memórias coletivas fortalece vínculos identitários e projeta futuros desejáveis para o território.

ii) **Valorização de Saberes e Tecnologias Tradicionais:** É essencial que os museus reconheçam o protagonismo de povos e comunidades na produção de ciência e cultura. Isso implica em documentar e apresentar tecnologias amazônicas, como sistemas agroflorestais e técnicas de pesca sustentável, não como curiosidades, mas como alternativas viáveis e conhecimentos válidos para o futuro (Kopenawa; Albert, 2015).

Acessibilidade Radical e Equidade Territorial

A acessibilidade em uma abordagem crítica transcende a mera adaptação física, focando na ruptura de barreiras epistemológicas (Krenak, 2022):

i) **Acessibilidade Linguística e Epistemológica:** A literatura aponta a necessidade de abandonar o português como língua hegemônica de mediação, incorporando narrativas em línguas indígenas e locais (Krenak, 2022). Museus devem criar “rotas de fuga” pedagógicas, desafiando visitantes a desconstruir visões conservadoras (Mignolo, 2018).

ii) **Programas Inclusivos e Intergeracionais:** É fundamental desenvolver programas voltados para grupos historicamente marginalizados, como comunidades indígenas, quilombolas e populações periféricas, promovendo sua participação ativa (Brasil, 2009). A inclusão de programas intergeracionais e multilinguísticos pode fortalecer a continuidade das culturas e das línguas originárias.

iii) **Equidade Territorial:** A musealização crítica e progressista promove a equidade territorial ao permitir que o museu “deixe de ser um equipamento urbano elitizado e passe a habitar escolas do campo, malocas indígenas, quilombos e rios”. Isso transforma a preservação da memória em instrumento de luta social e ambiental, crucial em biomas ameaçados (Chagas; Varine, 2013).

Articulação com o Contexto Local e Redes de Resistência

Uma abordagem crítica implica uma profunda conexão com as realidades locais e uma atuação em rede:

i) **Parcerias com Comunidades e Organizações:** A literatura sugere a formalização de parcerias com coletivos e organizações que tenham pertinência cultural, política e simbólica com o tema, como movimentos sociais e grupos de cultura popular. Essa articulação é vital para o desenvolvimento de programas colaborativos e exposições cocriadas.

ii) **Articulação com Políticas Públicas:** Museus devem se integrar e fortalecer o debate sobre políticas públicas de cultura, meio ambiente e inclusão social (Hage; Oliveira, 2011). Isso envolve estabelecer parcerias com órgãos governamentais e organizações não governamentais para alinhar as ações do museu às políticas existentes e fomentar a participação cidadã.

iii) **Museus como Plataformas de Denúncia e Proposição:** Conforme a literatura, museus podem funcionar como “tribunais simbólicos” (Segato, 2018), expondo não apenas a riqueza cultural, mas também as feridas abertas da região, como o avanço do garimpo ilegal, o desmatamento e a violência contra lideranças indígenas. Ao apresentar mapas de conflitos ambientais e alternativas econômicas lideradas por comunidades, o museu pode se tornar uma plataforma de denúncia e proposição. Essa visão de museu se alinha à ideia de “re-existência” (Albán Achinte, 2013).

Análise das Potencialidades e Desafios a partir da Literatura

A pesquisa bibliográfica, estruturada por meio da análise SWOT e Matriz de Comparação, permitiu sintetizar as potencialidades e desafios para museus na Amazônia que buscam ser espaços de educação ambiental e transformação socioambiental.

Forças identificadas na literatura:

i) **Potencial de Inovação Tecnológica:** Museus podem integrar tecnologias imersivas, como realidade aumentada e projeções interativas, para explorar temas como biodiversidade, culturas tradicionais e desafios socioambientais, seguindo exemplos como o Museu do Amanhã (RJ) e o Museu de Ciências de Londres.

ii) **Apoio de Instituições Parceiras:** A articulação com universidades, institutos de pesquisa e organizações não governamentais é uma força para o desenvolvimento de programas inovadores.

iii) Engajamento de Coletivos Locais: A literatura destaca a forte capacidade de articulação e inovação de coletivos amazônicos, como o Movimento das Mulheres Negras da Floresta Dandara e a Rede de Sementes do Xingu, que podem dialogar com os museus

Fraquezas identificadas na literatura:

i) Infraestrutura Limitada: Há uma recorrente necessidade de infraestrutura adequada para receber diferentes públicos, incluindo pessoas com deficiência e grupos vulneráveis.

ii) Falta de Formação Estruturada de Educadores: A ausência de programas estruturados de formação de educadores e mediadores culturais é uma lacuna apontada para o desenvolvimento pleno das atividades educativas.

Oportunidades identificadas na literatura:

i) Parcerias com Universidades e Pesquisa: A colaboração com instituições de ensino e pesquisa para projetos conjuntos, programas de extensão e atividades de divulgação científica é uma grande oportunidade.

ii) Políticas Públicas de Apoio: A existência de políticas públicas de apoio à cultura e à educação pode ser um fator favorável para o desenvolvimento de museus na Amazônia.

iii) Integração com Turismo Sustentável: A articulação com iniciativas locais de turismo sustentável pode ampliar o alcance e o impacto do museu.

Ameaças identificadas na literatura:

i) Pressões Ambientais e Conflitos Territoriais: O desmatamento, a perda de biodiversidade e os conflitos territoriais representam riscos externos significativos que afetam as comunidades e o próprio patrimônio que o museu busca proteger.

ii) Impacto de Grandes Projetos de Desenvolvimento: A expansão de projetos de infraestrutura e exploração de recursos naturais, sem consulta adequada, pode gerar exclusão e marginalização das comunidades, afetando suas formas de vida e práticas tradicionais.

Esses resultados obtidos a partir da análise bibliográfica, apresentados através da estrutura SWOT, demonstram que, embora existam desafios consideráveis, o potencial transformador dos museus na Amazônia é substancial quando alinhado a uma visão democrática e participativa. A superação das fraquezas e a mitigação das ameaças dependem de um planejamento estratégico que capitalize as forças e explore as oportunidades existentes na região.

Dessa forma, o estudo bibliográfico revela que os museus na Amazônia podem ser mais do que depositórios de acervos; eles são locais potenciais para o desenvolvimento de uma educação ambiental crítica e transformadora, enraizada nos saberes locais e nas lutas socioambientais. A musealização crítica, ao promover a co-criação, a acessibilidade radical e o diálogo intercultural, oferece um caminho promissor para que essas instituições se tornem verdadeiros catalisadores de um futuro mais justo e sustentável para a Amazônia. As estratégias identificadas na literatura, como o modelo de circuito artístico e a priorização de ações educativas colaborativas, ilustram como essa visão pode ser concretizada, transformando os museus em espaços de “re-existência” e resistência ativa (Albán Achinte, 2013).

CONCLUSÕES

O percurso de elaboração desta pesquisa representou um momento importante de aprofundamento e reflexão sobre as intersecções entre educação ambiental e musealização no complexo contexto amazônico. Para a formação acadêmica do autor, a pesquisa bibliográfica não se limitou a uma coleta de dados, mas configurou-se como uma jornada de construção de conhecimento, na qual a leitura e a síntese de diversas perspectivas teóricas e empíricas permitiram uma compreensão mais profunda do papel potencial dos museus na transformação socioambiental.

Uma das experiências mais significativas na realização deste estudo foi a percepção da centralidade de um “discurso do avesso” como uma metodologia de pensamento. Subverter a lógica dominante que historicamente marginaliza os saberes locais tornou-se um fio condutor

para entender como os museus podem atuar. Igualmente impactante foi a apreensão da persistência de uma visão conservadora do ambiente, dos territórios e dos povos do Sul Global, e como ela se manifesta nas instituições do saber, incluindo os museus, transformando-os por vezes em espaços que reproduzem hierarquias coloniais. A partir dessa compreensão, emergiu a clareza de que um museu na Amazônia deve ser um agente de descolonização, reconhecendo e valorizando os povos da floresta não como objetos, mas como sujeitos e guardiões de uma “biblioteca viva” de saberes. Essa visão foi amplamente enriquecida pela perspectiva sobre a necessidade de o museu evoluir de “templo” para “fórum”, um espaço de diálogo onde vozes historicamente silenciadas pudessem narrar suas próprias trajetórias.

No entanto, a realização desta pesquisa bibliográfica também apresentou dificuldades. A principal delas reside na limitada disponibilidade de estudos acadêmicos que abordam especificamente a convergência entre educação ambiental e educação museal no contexto amazônico. Essa lacuna exigiu um esforço de articulação entre diferentes campos teóricos, geografia, sociologia, educação e museologia, a fim de construir um corpo conceitual robusto e interconectado. Outra dificuldade envolveu a integração de diversas perspectivas teóricas em um argumento coeso, considerando que o estudo se baseia exclusivamente em informações já publicadas. A natureza puramente bibliográfica da pesquisa impediu a exploração de dados primários de experiências museais em andamento na região, o que demandou uma leitura crítica e cuidadosa das fontes para inferir tendências e proposições sem extrapolações.

Apesar desses desafios, esta pesquisa contribuiu para esclarecer a questão central sobre o papel dos museus como ferramentas de transformação socioambiental na Amazônia. Em primeiro lugar, o trabalho delineou as convergências intrínsecas entre educação ambiental e educação museal. Demonstrou-se que ambos os campos compartilham o objetivo de formar cidadãos conscientes e engajados, mas que os museus oferecem uma plataforma única para integrar a sustentabilidade ecológica com a valorização da diversidade cultural e dos saberes tradicionais, promovendo uma racionalidade ambiental mais justa.

Em segundo lugar, a análise aprofundou como os museus podem, de fato, se tornar espaços de resistência e transformação socioambiental. Isso se dá por meio de uma

abordagem progressista que questiona e subverte as narrativas hegemônicas, transformando essas instituições em “tribunais simbólicos” que expõem conflitos e promovem a “re-existência” dos povos amazônicos. A pesquisa evidenciou que a verdadeira transformação ocorre quando há co-curadoria, governança compartilhada e um compromisso radical com a acessibilidade, que englobe não apenas o aspecto físico, mas também o linguístico e o epistemológico.

Este trabalho demonstra importância pois oferece um arcabouço teórico e conceitual que pode subsidiar o planejamento e a implementação de futuras iniciativas museológicas na Amazônia. Ele contribui para a reflexão sobre um modelo de museu que vai além da preservação passiva, tornando-se uma plataforma de diálogo, ação política e empoderamento das comunidades locais. Ao reforçar que a justiça social é indissociável do reconhecimento pleno das histórias, dos lugares e dos conhecimentos que constituem a riqueza humana, a monografia clama por instituições culturais que sejam verdadeiros instrumentos de luta, afeto, reparação e imaginação política.

A relevância deste estudo se manifesta na proposta de museus que se transformem em ferramentas que se enraízem no pertencimento coletivo e no envolvimento político das comunidades, respondendo às urgências e potências da floresta viva. Dessa forma, conclui-se que o sucesso dos museus na Amazônia dependerá da capacidade de manter vivo o compromisso com a escuta ativa, uma escuta dos saberes já documentados e presentes nas lutas cotidianas, com a participação popular e com a defesa incondicional da diversidade amazônica.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. A ambientalização das lutas sociais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 103-119, 2004.
- ALBÁN ACHINTE, A. **Pedagogías de la re-existencia**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2013.
- ARROYO, M. G. Educação em tempos de exclusão. In: ARROYO, M. G.; PAIVA, V. (Org.). **Educação de jovens e adultos em debate**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 19- 42.

BANIWA, G. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas. São Paulo: Global Editora, 2020.

BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. **Pesquisa participante**: o saber da partilha. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27/06/2025.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHAGAS, M.; VARINE, H. **Museologia social**: reflexões e práticas. Rio de Janeiro: Museu da República, 2013.

D'INCAO, M. A. **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Paka-Tatu, 2004.

FENZL, N.; SOMBRA, D.; CANTO, O.; FARIAS, A.; NASCIMENTO, F. Os 'grandes projetos' e o processo de urbanização da Amazônia brasileira: consequências sociais e transformações territoriais. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 6, n. 19, p. e202002, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAGE, S. M.; OLIVEIRA, L. M. M. Território, políticas públicas e educação do campo na Amazônia Paraense: o protagonismo dos movimentos sociais em debate. **R. Educ. Públ.**, v. 20, n. 42, pp. 91-107, 2011.

HILL, T.; WESTBROOK, R. SWOT analysis: It's time for a product recall. **Long Range Planning**, v. 30, n. 1, p. 46-52, 1997.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, S. D. **Povos indígenas e museus**: para além do público-alvo. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

LIMA, D.; POZZOBON, J. Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, pp. 45-76, 2005.

MIGNOLO, W. **Histórias locais/Projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2014.

MIRANDA, R. W. S.; SOARES, D. A. S. Percepção da degradação patrimonial e de áreas verdes na cidade de Belém (Pará, Brasil) e as implicações para o turismo. **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 13, n. 3, p. 65-80, 2020.

OLIVEIRA, J. P. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2017.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of World-Systems Research**, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000.

RÚSSIO, W. Cultura: patrimônio e recursos para a ação educativa. In: BRUNO, M. C. O. (Org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. 2ª Ed. São Paulo: Pinacoteca do Estado/Secretaria de Estado da Cultura, 2010.

SAATY, T. L. Decision making with the analytic hierarchy process. **International Journal of Services Sciences**, v. 1, n. 1, p. 83-98, 2008.

SANTOS, B. S. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SEGATO, R. **Contra-pedagogías de la crueldad**. Buenos Aires: Prometeo, 2018.

SOARES, D. A. Diversidade na unidade: uma proposta de interpretação das Amazôniaas. Resenha: Gonçalves, Carlos Walter Porto. Amazônia, Amazôniaas. **GEOgraphia**, Niterói, v. 17, n. 34, p. 279-283, 2015.

WALSH, C. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, re-existir y re- vivir**. Quito: Abya Yala, 2013.